

Sarney define como renegociar a dívida

O presidente Sarney definiu os contornos táticos da renegociação da dívida externa. A ação planejada se passa como parte e processo estratégico da política de governo. Dois dados básicos salientam os limites de Sarney: Seu programa de governo (a opção social) e a transição política (ano da Constituinte). Hoje, o Brasil assumiu posturas e Posição para renegociar. Os bancos começam a entender agora que esta é a melhor oportunidade para se chegar a um acordo com o Brasil. Melhor do que aguardar tempo e vez do incerto futuro.

Como e o que renegociar, em que termos e quais as condições, estas são partes reservadas aos poderes do Presidente da República. Sarney emite ordens e passa instruções que os seus delegados cumprem e exercitam junto aos bancos privados e instituições governamentais. Mas o núcleo político é de Sarney e o presidente tem sinalizado diretamente como chefe de Estado a um outro governante.

O pacote adotado neste final de novembro é parte mas não o todo de um processo de ajustamento. Falta, portanto, o ato além do gesto. A questão interna é o déficit público. A questão externa é a atração de dinheiro novo que ultrapasse o puro refinanciamento da dívida. Em ambas as pontas está o problema do investimento. Sem ele não há crescimento, e, desse modo, se arranca a crise político social.

O curioso nessa correção de curso para se chegar ao cenário desejado e que houve uma mudança de atitude entre os tecnocratas do governo. O Cruzado foi um utero muito fornecido. Teve, pelo menos de anúncio, muitos pais. Agora, seus descendentes (os Cruzadinhos) parecem até filhos naturais. Os economistas do governo (tecnocratas em versão e estilo diferenciados) estão em suas

tocas e as medidas econômicas parecem ter sido gestão espontânea. Mas a crise não. A estimativa de superávit comercial, fixada em 12,6 bilhões de dólares este ano, poderá cair para 10,5 bilhões. O superávit de comércio para o ano próximo pode ser bem menor (alguma coisa em torno de 8 bilhões) se o padrão não for revertido. O Brasil enfrenta uma drástica redução em suas exportações inclusive devido à superaquecida demanda interna. O impacto na queda das exportações em acentuado pelo aumento de importações de matéria-prima e bens de capital, bem como compra de alimentos realizadas para amenizar as quebras de safra. Nem mesmo os bilhões de dólares economizados com a queda nos preços do petróleo e na redução dos juros externos foram suficientes para modificar o quadro de efeito perverso sobre o desempenho de nossas contas externas.

Visualizado esse panorama, se sabe que a imposição de sacrifícios tem limites. O presidente Sarney sabe e já sabia disso, e é isso que o povo está demonstrando aos nossos credores externos. Em cima do contexto nacional, as dificuldades políticas estão se exercitando e ameaçando a cada passo. O congelamento dos preços e dos salários tem que ser modificado. A política orçamentária gastos governamentais terá que ser substituída se não houver um neutralizante e crescente oposição política. Mas em todo esse receituário há um adicional: só muito lentamente políticas de austeridade fazem a economia voltar a ter saúde. Como se não bastasse, o governo não pode se permitir a imposição recessiva num delicado momento em que, via Assembleia Constituinte, se redesenham as relações entre o Estado e a sociedade, entre o Brasil e o resto do mundo.